

Violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel da escola: interfaces com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a garantia de direitos

Autor(res)

Rodrigo Da Paixão Pacheco

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE GOIÂNIA

Introdução

Este estudo tem por objetivo analisar o papel da escola no enfrentamento da violência sexual, expressão da violência intrafamiliar, apreendida como violação de direitos, contra crianças e adolescentes. Será apresentado os resultados parciais de uma pesquisa, realizada em escolas da rede pública de Goiânia-GO, que demonstra a forma como essas instituições ligadas à política pública de educação têm realizado os atendimentos (identificação de casos e encaminhamentos) às crianças e aos adolescentes nos casos de violência intrafamiliar em sua face sexual. Ressalta-se que a pesquisa de campo realizada atendeu à Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC Goiás, sob número 3.374.145.

Objetivo

A questão central que envolve a pesquisa é desvelar a violação de direitos de crianças e adolescentes expressos pela violência intrafamiliar sexual, e o papel da escola para seu enfrentamento.

Material e Métodos

Como método foi utilizado o materialismo histórico dialético. O delineamento da pesquisa foi de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e de campo. São parte dessas referências bibliográficas os seguintes autores: Behring (2003); Pilotti e Rizzini (2009); Guerra (2008); Faleiros e Faleiros (2007); Deslandes (1994), dentre outros. A pesquisa documental foi subsidiada por informações contidas na CF/88, no ECA, dentre outros, que favoreceram o conhecimento das ações executadas pelo Estado em relação com a violência intrafamiliar sexual. A pesquisa de campo foi realizada, por meio de entrevistas. Para tanto foram selecionadas duas escolas da rede pública municipal e duas da rede estadual de ensino.

Resultados e Discussão

O trabalho perpassa por temáticas que abarcam o sistema legal e as políticas públicas voltadas para o segmento de crianças e adolescentes. Ressalta-se que a consolidação de normativas internacionais teve reflexos no texto da Constituição Federal de 1988 conferindo status de sujeito de direito a crianças e adolescentes, projetando a subsequente concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990),

que favoreceu a instituição de políticas públicas e, com isso, a expectativa na materialização do enfrentamento a toda sorte de violações que lhes acometem.

Conclusão

Por esse estudo constata-se uma inadequação no tratamento dos casos identificados de violência sexual, bem como a ausência de um protocolo de atendimento, falta de estrutura das unidades escolares para esse atendimento, falta de capacitação para os professores, falta de apoio das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, culpabilização da família e, por fim, uma grande fragilidade da Rede de Proteção as crianças e aos adolescentes.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

DESLANDES, S. F. Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: Análise de um Serviço. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. ESCOLA QUE PROTEGE: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, edição eletrônica.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008

PILOTTI, F. e RIZZINI, I. (orgs). A arte de governar crianças. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2009.